

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VI – Nº 1.027 – BRASÍLIA, QUARTA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2000

Senado aprova contratação de servidores públicos pela CLT

Com 51 votos favoráveis, 12 contrários e uma abstenção, projeto será encaminhado à sanção presidencial. Mudança não atinge os atuais funcionários enquadrados no Regime Jurídico Único nem os ocupantes de carreiras de Estado



Vários senadores discutiram a proposta de mudança do regime de contratação dos servidores públicos, na sessão presidida pelo senador Antonio Carlos Magalhães (D)

A maior parte dos futuros servidores públicos federais terá contratos de trabalho regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), como os empregados das empresas privadas. Ontem, o Senado aprovou projeto de lei nesse sentido, que será encaminhado à sanção presidencial. A proposta, de iniciativa do Poder Executivo, não abrange os atuais servidores, nem os ocupantes das carreiras de Estado, e mantém a seleção de servidores por concurso público. O painel eletrônico regis-

trou 51 votos favoráveis, 12 contrários e uma abstenção.

Ao encaminhar o projeto ao Legislativo, o governo argumentou que essa fórmula confere maior flexibilidade à relação de emprego no âmbito do Estado, além de transferir os servidores para o regime previdenciário comum. Para o Executivo, a mudança representará uma considerável economia para as finanças públicas.

A proposta, que teve como relator Romeu Tuma, foi discutida por vários senadores.

PÁGINA 3

PLENÁRIO VOTA LIMITE DE GASTOS COM VEREADORES

O Senado deve votar, hoje, em segundo turno, proposta de emenda constitucional que limita os gastos das câmaras de vereadores, conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. Ontem foi o segundo dia de discussão da matéria.

PÁGINA 3



CAE discutirá guerra fiscal com oito governadores

A guerra fiscal entre os estados vai ser analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que convidará oito governadores para falar sobre os incentivos concedidos com o objetivo de atrair indústrias. A decisão foi tomada com a aprovação de requerimento do senador Ney Suassuna.

PÁGINA 4

**Representação
contra Estevão
vai ao conselho**

PÁGINA 2

**Comissão ouve
presidente da
Petrobras**

PÁGINA 5



A Comissão de Assuntos Econômicos aprovou requerimento do senador Ney Suassuna propondo a audiência pública

Representação contra Luiz Estevão é enviada ao Conselho de Ética do Senado

José Eduardo Dutra argumenta que demora na solução do caso desgasta a imagem da Casa. Antonio Carlos esclarece que conselho receberá, também, relatório da CPI do Judiciário

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, anunciou ontem o envio ao Conselho de Ética e Decoro Parlamentar de representação contra o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) encaminhada à Mesa pelos partidos de oposição – PT, PDT, PSB, PPS, PC do B, PV e PL – em 8 de dezembro do ano passado. O documento foi remetido ao conselho pelo corregedor da Casa, Romeu Tuma (PFL-SP).

Em resposta a questão de ordem apresentada no Plenário pelo senador José Eduardo Dutra (PT-SE), Antonio Carlos disse que o conselho receberia não só a representação, mas também pareceres emitidos pela advogada-geral do Senado, Josefina Valle de Oliveira Pinha, e pelo ex-senador Josaphat Marinho, além de outras peças relativas ao assunto.

Na representação, os partidos de oposição pedem que se apure a eventual quebra de decoro parlamentar por parte do

senador Luiz Estevão, em razão de suposto envolvimento de suas empresas em irregularidades na construção de prédio do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Em sua questão de ordem, Dutra pediu o envio da representação à Comissão de Ética juntamente com os pareceres. Argumentou que a demora desgasta o Senado e passa à opinião pública – por intermédio da imprensa – a idéia de que a questão não está sendo resolvida pelos parlamentares.

Antonio Carlos esclareceu que tem mantido contatos freqüentes com Tuma e que o conselho receberá para exame também o relatório da CPI. De todo modo, lembrou, o direito de ampla defesa do acusado está sendo garantido, a fim de que o processo não seja invalidado e que o Senado tome “as providências que julgar necessárias” com relação ao mandato do senador Luiz Estevão.

Advogada-geral divulga nota

A advogada-geral do Senado, Josefina Valle de Oliveira Pinha, divulgou nota para esclarecer os fatos relativos à elaboração, por ela, de dois pareceres sobre a representação contra o senador Luiz Estevão, encaminhada à Mesa do Senado por partidos de oposição.

Conforme a advogada, por ocasião da divulgação do relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito do Poder Judiciário, o corregedor do Senado, Romeu Tuma, consultou a Advocacia do Senado sobre como proceder em face do conteúdo do relatório. A advogada, então, emitiu o Parecer 155/99, concluindo que à corregedoria caberia aguardar a formulação de denúncia perante o Conselho de Ética e Decoro Parlamentar, “deixando para proceder à sindicância de que trata a Resolução 17/93 somente na hipótese de deliberação daquele conselho”.

Na nota, Josefina afirma que, quando da representação apresentada contra Luiz Estevão, a advocacia emitiu o Parecer 004/00, “examinando matéria diversa daquela enfrentada pelo Parecer 155/99”. Ali se conclui que a representação, por força do artigo 17, combinado com o artigo 25 da Resolução 20/93, deveria permanecer sobrestada na

corregedoria, até que a Justiça se manifestasse sobre o relatório da CPI enviado ao Ministério Público.

Diz a nota que “a sugestão contida no Parecer 004/00 é de cunho imediato, em face da necessidade de efetivação prévia das medidas a cargo do Ministério Público, e não obsta a futura realização de sindicância por aquela corregedoria, se assim determinar o Conselho de Ética em face de manifestação definitiva do Poder Judiciário sobre os aspectos submetidos ao Ministério Público pela CPI”.

Josefina chama a atenção para o fato de que o Parecer 155/99 foi emitido em 6 de dezembro do ano passado, quando a CPI ainda não havia enviado seu relatório ao Ministério Público. Já o Parecer 004/00 foi proferido quando o procurador-geral da República já havia requerido junto ao Supremo Tribunal Federal autorização para abertura de inquérito para investigar o caso.

A advogada esclareceu ainda que os pareceres que emitiu, embora expressem sua “firme convicção jurídica”, são peças opinativas. Assim, não se deve atribuir a elas poder de inviabilizar decisões em sentido contrário do corregedor do Senado ou do Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.

ACM garante que não há contradição entre pareceres

O presidente do Senado disse que não cederá a qualquer tipo de pressão no caso do senador Luiz Estevão, seja de aliados do senador ou da imprensa.

– Ninguém na vida me pressionará a nada. Sou um homem de coragem, sei enfrentar tudo e não aceitaria que quem quer que fosse viesse me pressionar – afirmou Antonio Carlos Magalhães.

O senador garantiu que não há contradição entre os dois pareceres elaborados pela Advocacia do Senado. De acordo com ACM, o primeiro parecer é datado do dia 6 de dezembro, quando

as conclusões da CPI do Judiciário ainda não haviam sido entregues ao Ministério Público, nem o procurador-geral da República, Geraldo Brindeiro, havia solicitado a abertura de inquérito ao Supremo.

– Há um compromisso de todos os senadores de não negar licença para o processo. O segundo parecer em nada se choca com o primeiro. Apenas pede para ficar sobrestado o caso Estevão até o Supremo dar uma notícia, mas não impede que o Conselho de Ética possa se manifestar – esclareceu.

Senadores discutem o caso no Plenário

O senador Romeu Tuma explicou que a Corregedoria do Senado não adiou o encaminhamento da representação para abertura de processo por quebra de decoro parlamentar contra o senador Luiz Estevão. Corregedor da Casa, Tuma disse que o órgão só poderia fazer diligências se provocado pelo Conselho de Ética e Decoro Parlamentar.



Tuma: com o processo há apenas 12 dias

De acordo com o corregedor, há apenas 12 dias estão com ele os pareceres da advogada-geral do Senado. Nesse período, ele esteve tentando reunir todas as peças de um possível processo, inclusive as respostas a 46 ofícios enviados pela Mesa a autoridades citadas no relatório da CPI. Tuma informou ainda que estava aguardando o reinício das atividades do Supremo Tribunal Federal para saber quem seria o relator do inquérito pedido pelo procurador-geral da República. Conforme o corregedor, os pareceres “não são conflitantes”, mas atendem a solicitações de conteúdo diferente.

Em defesa do senador Luiz Estevão, o senador Jader Barbalho (PA), líder do PMDB, alertou seus colegas para o risco de que Estevão esteja sendo colocado “no banco dos réus” no Sena-

do. Ao agir assim, os senadores estariam duvidando da competência da CPI (que não teria feito restrições a Estevão), da Procuradoria Geral da República e até do Supremo. Jader lembrou o compromisso do PMDB em votar a favor de eventual licença para um processo contra Estevão no STF.

A partir da leitura dos pareceres, Jader entendeu – assim como Romeu Tuma – que ausência de decisão partidária formal invalida a representação, que teria sido apenas assinada pelos presidentes das agremiações. Jader questiona também a competência do conselho para julgar o assunto.

– Quero pedir serenidade. Acho que nossas divergências políticas, nossas dificuldades partidárias, nossos ressentimentos eleitorais e pós-eleitorais não podem, de forma alguma, comprometer a convivência no Senado e comprometer o encaminhamento sereno das questões – recomendou Jader.

Em resposta ao líder peemedebista, a senadora Heloísa Helena (PT-AL), membro do Conselho de Ética, negou que a ação movida contra Estevão seja fruto de vingança por causa da derrota sofrida nas últimas eleições para governador em Brasília.

AGENDA

QUARTA-FEIRA, 2 DE FEVEREIRO DE 2000

PLENÁRIO

14h30 – Sessão deliberativa ordinária

Pauta: Terceiro e último dia de discussão, em 2º turno, da *Proposta de Emenda Constitucional nº 15-A/98, que limita os gastos com os legislativos municipais; e *Projeto de Resolução nº 1/2000, que autoriza a União a contratar operação de reescalonamento de seus créditos junto à República da Zâmbia, no montante de US\$ 20,3 milhões.

COMISSÕES

10h – Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania

Pauta: *Projeto de Lei da Câmara nº 63/99, que dispõe sobre o Regime de Previdência Complementar; nº 43/99, que disciplina a perda de cargo por insuficiência de desempenho do servidor público estável; *Proposta de Emenda à Constituição nº 67/99, que cria o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza; e nº *96/99, que cria o Fundo Constitucional de Combate à Pobreza e a Contribuição Social sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e Créditos de Natureza Financeira. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 3*

10h – Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização

Pauta: Relatório setorial referente à Área Temática III (Fazenda e Desenvolvimento) e início da discussão do relatório setorial sobre a Área V (Infra-Estrutura). *Plenário 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados*

10h – Comissão de Assuntos Econômicos

Pauta: Audiência pública com Carlos Baptista, tenente-brigadeiro-do-ar; Maurício Botelho, presidente da Embraer; Antonio Donizete Ferreira, presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos; Claudemir Marques de Almeida, representante dos trabalhadores no conselho da Embraer, em atendimento a requerimento do senador Eduardo Suplicy, para esclarecimentos sobre a negociação das ações da Embraer com um grupo francês. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 19*

10h – Reunião das comissões de Assuntos Sociais do Senado e de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados

Pauta: Audiência pública sobre o *Projeto de Emenda Constitucional nº 86/99 (PEC da Saúde). Entidades convidadas: conselhos Nacional e Municipal de Secretários de Saúde e Federal de Medicina; Associação Médica Brasileira; confederação Nacional de Saúde e das Santas Casas de Misericórdia; Federação Brasileira de Hospitais, e Fiocruz. *Ala Senador Alexandre Costa – Sala 9*

10h – Comissão Mista destinada a examinar e emitir parecer sobre Medida Provisória nº 1.988-16, que dispõe sobre as operações com recursos dos fundos constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827/89. *Ala Senador Nilo Coelho – Sala 2*

18h – Comissão de Serviços de Infra-Estrutura

Pauta: *Audiência pública para esclarecimentos sobre o desastre ambiental causado pelo vazamento de óleo ocorrido recentemente na Refinaria Duque de Caxias, na baía de Guanabara, no estado do Rio de Janeiro. Participantes: David Zylbersztajn, diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo (ANP); Henri Philippe Reichstul, presidente da Petrobras; deputado Carlos Minc, presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro; André Correia, secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do estado do Rio de Janeiro, e Roberto Kishinami, diretor-geral do Greenpeace no Brasil. *Ala Senador Alexandre Costa – sala 13*

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (61) 311-3211
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (61) 311-1150
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (61) 311-3170
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (61) 311-3327

Editor-Chefe: Edson de Almeida
Editores: Djalba Lima, João Carlos Ferreira da Silva, Sylvio Costa e Sylvio Guedes
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo
Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Regime da CLT para servidores públicos vai à sanção presidencial

Cinquenta e um senadores votam a favor de projeto que modifica regime de contratação dos futuros funcionários, excluídos os ocupantes das chamadas carreiras de Estado

Os futuros servidores públicos federais serão regidos, em sua maioria, pelas normas da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A proposta, aprovada ontem pelo Senado, mantém a seleção por concurso público e não abrange os atuais funcionários nem os ocupantes das carreiras de Estado. O painel eletrônico registrou 51 votos favoráveis, 12 contrários e uma abstenção. A matéria agora vai à sanção presidencial.

Ao encaminhar o projeto ao Legislativo, o governo argumentou que essa fórmula confere maior flexibilidade à relação de emprego no âmbito do Estado, além de transferir os servidores para o regime previdenciário comum. Para o Executivo, a mudança representará uma considerável economia para as finanças públicas, "em um momento crucial de ajuste de contas, dado o déficit elevado da previdência do setor público, incapaz de se auto-sustentar".

De acordo com o texto aprovado, não serão submetidos ao regime da CLT os ocupantes de cargos públicos em comissão e os servidores que, "em decorrência das atribuições de seu cargo efetivo, desenvolvam atividades exclusivas de Estado". O contrato de trabalho dos futuros servidores, ainda segundo a proposta enviada à sanção presidencial, só poderá ser rescindido por falta grave, acumulação ilegal de cargos, necessidade de redução de qua-



O projeto aprovado pelos senadores determina que leis específicas vão decidir sobre a criação dos empregos públicos, bem como sobre a eventual transformação dos atuais cargos em empregos

dro por excesso de despesa ou insuficiência de desempenho.

O projeto prevê ainda que leis específicas disporão sobre a criação dos empregos públicos, bem como sobre a eventual transformação dos atuais cargos em empregos, não podendo o assunto ser objeto de medida provisória. A iniciativa estabelece também a obrigatoriedade de concurso para a contratação de pessoal no serviço público.

Na opinião do relator, senador Romeu Tuma (PFL-SP), isso significa a manutenção de regra destinada a ga-

rantir imparcialidade e impessoalidade na contratação de pessoal, bem como a seleção dos mais capacitados.

A aprovação do projeto representa uma das últimas etapas do processo de regulamentação da reforma administrativa. Inicialmente, foi aprovado pelo Congresso Nacional o projeto que fixou normas para a demissão de servidores por excesso de despesa. Entre os critérios para a escolha dos afastados estão os de menor tempo no serviço público, maior remuneração ou menor idade.

Ainda falta ser apreciado o projeto que prevê a possibilidade de demissão de servidores públicos por insuficiência de desempenho. A matéria estará em pauta na reunião de hoje da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), quando o senador Romero Jucá (PSDB-RR) deverá apresentar seu relatório sobre o tema. A eventual aprovação do projeto abrirá a possibilidade de que os servidores estatutários também possam ser demitidos, quando tiverem desempenho profissional considerado insuficiente.

Votação da PEC sobre vereadores será hoje

O Senado realizou ontem o segundo dia de discussão, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que limita os gastos dos legislativos municipais, conforme critério que leva em consideração o número de habitantes de cada município. Em primeiro turno, foram computados 70 votos favoráveis e quatro contrários a essa emenda. Hoje, o Plenário decide definitivamente sobre a matéria.

O texto estabelece que o Legislativo municipal não poderá comprometer mais de 70% dos recursos a ele destinados com a folha de pagamento, incluído o gasto com o subsídio dos vereadores. Determina também que o prefeito incorrerá em crime de responsabilidade se efetuar repasse que supere os limites definidos na Constituição, não enviar o repasse até o dia 20 de cada mês, ou enviá-lo em valor inferior à proporção fixada na lei orçamentária.

Na mesma sessão, o Plenário delibera sobre projeto de resolução que autoriza a União a reescalonar a dívida que a Zâmbia tem junto ao Brasil, no valor de US\$ 20,3 milhões. Parecer favorável sobre a matéria, de autoria do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), foi aprovado pela Comissão de Assuntos Econômicos.

Projetos de combate à miséria vão tramitar juntos

A pedido da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, as propostas de Emenda Constitucional 67 e 96/99, que instituem um Fundo Constitucional de Combate e Erradicação da Pobreza, passam a tramitar conjuntamente para votação. A primeira iniciativa, de autoria do senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA), tem o objetivo de propiciar a todos os brasileiros acesso a níveis dignos de subsistência.

A PEC 96/99, elaborada pela comissão de deputados e senadores que, no ano passado, discutiu a pobreza brasileira, estabelece que esse fundo tem o objetivo de financiar ações que visem a reduzir a exclusão social e melhorar a distribuição de renda e a qualidade de vida da população pobre do país.

Na sessão de ontem, o Senado aprovou requerimento do senador Gerson Camata (PMDB-ES) para inserir nos Anais voto de pesar pelo falecimento do deputado estadual Emir de Macedo Gomes, ocorrido em Vitória (ES).

Proposta divide opiniões entre os senadores

Primeiro a falar durante o debate do projeto que enquadra os servidores públicos no regime da CLT, Lúcio Alcântara (PSDB-CE) disse que a mudança deixa muito a desejar. "Não entendi por que a União retomou essa idéia de contratar pela CLT. A idéia não é boa para o servidor nem para o Estado", sustentou ele. Em sua opinião, essa mudança está totalmente em desacordo com os princípios da reforma administrativa.

Para Emília Fernandes (PDT-RS), a aprovação do projeto resultará na fragilização total e completa do serviço público brasileiro. "Hoje, temos servidores desres-



peitados, com salários congelados há cinco anos, desmotivados e ainda responsabilizados pelos desmandos desse país", lastimou. Para ela, o que o governo quer é retirar direitos, não melhorar o serviço público.

Na opinião de Heloísa Helena (PT-AL), a própria exposição de motivos do governo deixa claro que seu objetivo é ter mais facilidade para demitir.

"É um projeto que estabelece mecanismos para dismantlar mais ainda o serviço público, para demitir mais e ter mais dinheiro nos cofres públicos para o pagamento de juros."

Edison Lobão (PFL-MA) disse que uma leitura atenta do projeto revela que o governo não está inovando em matéria de demissão. "O poder público já tem todas as prerrogativas de demitir. O que o projeto está fazendo é apenas prever que os funcionários serão regidos pela CLT", esclareceu.

Arlindo Porto (PTB-MG) pediu uma discussão mais aprofundada, lembrando que a legislação sobre o servidor público não pode ser mudada a cada momento e pediu que se refletisse sobre a eficácia do que se estava votando.

Sebastião Rocha (PDT-AP) antecipou voto contrário, dizendo que o governo tenta reduzir direitos assegurados aos trabalhadores em geral e, em especial, aos servidores públicos. "Não há dúvida que o objetivo é facilitar a demissão de servidores", sustentou.

Amir Lando (PMDB-RO) referiu-se ao



Heloísa Helena

projeto como uma tentativa de privatizar as relações de Estado. Ele lembrou que o funcionário público, celetista ou estatutário, é contemplado por disposições penais típicas que só atingem o servidor do Estado. Também lastimou que o governo queira economizar em cima dos servidores.

Ao anunciar seu voto contrário, o senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) referiu-se ao projeto como mais uma providência para desmoralizar o serviço público. Ele achou absurdo que a insuficiência de desempenho esteja entre os motivos para a demissão de servidor. E advertiu: "Sabemos como as coisas se passam na administração pública".



Arlindo Porto

Dizendo-se perplexo, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) também foi contrário ao projeto, dizendo que ele contraria toda uma lógica da reforma administrativa. "É mais uma tentativa de fragilização do serviço público e também mais uma tentativa de identificar o público com o privado nesse processo de privatização do setor público", analisou.

Favorável à iniciativa, Bello Parga (PFL-MA) observou que, com as novas normas em vigor, o regime celetista não dispensará a realização de concurso para a contratação de servidor. Também destacou que "o funcionário público não perderá sua condição de protegido pelo Estatuto dos Servidores".

Lauro Campos (PT-DF) disse que o projeto não é do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, mas "vem mais de cima, vem do FMI". Em sua opinião, o governo quer acabar com tudo para que "o trabalhador seja unicamente escravo do capital que aí está". Ele observou que o governo está economizando sobre o homem, a vida, os velhos, a saúde e as crianças, para cumprir compromissos com os agiotas do mundo.

Por último, o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) frisou que o projeto não se aplica aos servidores em atividade, mas a novos servidores, que aceitem essa modalidade de contratação, depois de submetidos a concurso público.



Bello Parga

Governadores vão depor sobre guerra fiscal

Em decisão unânime, a Comissão de Assuntos Econômicos resolve convocar oito chefes de Executivo para falar sobre o choque de interesses verificado entre os estados que se empenham em atrair novos investimentos

A guerra fiscal entre os estados vai ser analisada pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), que decidiu convocar oito governadores para falar sobre os incentivos fiscais concedidos para atrair indústrias. A decisão foi tomada com a aprovação, por unanimidade, de requerimento de autoria do presidente da CAE, senador Ney Suassuna (PMDB-PB).

— A cada dia a guerra entre os estados fica mais acirrada. Na guerra, nota-se a ausência da razão, não temos nenhuma regra, e há temores de que isso cresça — afirmou Suassuna.

Pela proposta, os governadores Mário Covas (SP), César Borges (BA), Olívio Dutra (RS), José Ignácio (ES), Jaime Lerner (PR), Tasso Jereissati (CE) e José Maranhão (PB) — além do governador Itamar

Franco (MG), incluído na lista por sugestão do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) — serão chamados, dois por vez, para se reunir com os membros da CAE.

Antes de aprovarem o requerimento, alguns senadores aproveitaram para expor suas opiniões sobre a guerra fiscal. Para José Fogaça (PMDB-RS), ela não é necessariamente nociva.

— Fala-se como se os estados não

pudessem ter autonomia para atrair empresas. Isso acontece em estados unitários, não em uma federação. A guerra fiscal é da nature-

za da federação. Se não houver essa possibilidade, todos os investimentos irão se concentrar em São Paulo — afirmou.



Os membros da CAE incluíram Itamar Franco na lista dos governadores que serão ouvidos

Osmar propõe convocação do ministro dos Transportes

Na reunião de hoje, antes de iniciar a audiência pública sobre a venda de ações da Embraer, a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) vai analisar requerimento do senador Osmar Dias (PSDB-PR) que pede a convocação do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, para prestar informações sobre o programa de privatização de estradas e sobre as tarifas dos pedágios nas rodovias concedidas à iniciativa privada.

Além do ministro Eliseu Padilha, Osmar Dias pede que o diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), Genésio Bernardino, além dos secretários estaduais de Transportes, representantes da Associação Brasileira dos Concessionários de Rodovias e da Confederação Nacional dos Transportes, sejam convidados para participar da audiência pública.

— Há um grande questionamento sobre o resultado das privatizações feitas pelo governo Fernando Henrique. A população ficou contra quando viu a perda de qualidade de serviços e os constantes reajustes de tarifas — afirma o senador.

Para ele, o governo não imaginava estar promovendo a concentração e impedindo a competição no setor de prestação de serviços públicos. Osmar Dias entende que deve-se abrir espaço para a participação da sociedade e do público nos leilões de privatização, mudando o modelo ora vigente.



Osmar Dias quer que Eliseu Padilha preste informações sobre a privatização de estradas

Debate envolve exame das desigualdades regionais

Durante o debate na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), o senador Ramez Tebet (PMDB-MS) afirmou que a guerra fiscal existe em decorrência das profundas desigualdades regionais, da excessiva concentração de renda do país e da má distribuição dos recursos da União. “Deve haver um árbitro nessa guerra. Esse é o papel do Senado: defender o equilíbrio da Federação”, disse Tebet.

O desafio, na opinião do senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), é estabelecer limites à concessão de incentivos. Caso isso não ocorra, existe “risco de se instalar a discórdia nacional”. Para ele, há outros instrumentos, como o BNDES, que não estão sendo usados de maneira a contemplar as regiões mais pobres.

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) lembrou que, quando foi governador, só conseguiu implementar um programa que possibilitou a instalação de um parque industrial em seu estado graças à isenção fiscal.

Essa posição foi compartilhada pelo senador Agnelo Alves (PMDB-RN), para quem a guerra fiscal não pode ser evitada. Ele entende que não se pode deixar que estados pobres sejam negligenciados. Para o senador Lúcio Coelho (PSDB-MS), a guerra fiscal mostra que os impostos estão excessivamente altos e, assim, acabam determinan-

do as decisões das empresas.

O senador Paulo Souto (PFL-BA) acredita que deve-se disciplinar, mas não acabar com os incentivos fiscais das unidades da Federação. Na sua avaliação, da forma como está redigida, a reforma tributária líquida com a possibilidade de os estados usarem seus recursos como uma política de desenvolvimento.

A privatização dos bancos estaduais e a renegociação das dívidas com o governo federal, segundo o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ), diminuiriam a possibilidade de os estados lançarem mão de instrumentos que levem a uma política de desenvolvimento. Por isso, ele entende que, se acabarem com os mecanismos fiscais usados pelos governadores, eles ficarão impedidos de incentivar a atividade econômica em seus estados.

Nessa linha, o senador José Alencar (PMDB-MG) pediu que a reforma tributária traga elementos para que o Brasil tenha uma política de desenvolvimento harmônico.

O senador Luiz Otávio (sem partido-PA) espera que uma mudança no sistema de impostos inclua uma compensação para os estados exportadores, como Pará, Minas Gerais e Bahia, que têm contribuído para o equilíbrio fiscal do país.

A falta de transparência dos governos na concessão de incentivos é o ponto a ser superado na visão do senador José Eduardo Dutra (PT-SE). “Existe uma verdadeira caixa-preta com relação a alguns contratos entre empresas e governos. Se são vantajosos para os estados, por que os governos têm necessidade de esconder os contratos?”, questionou. Ele concor-

A transparência nos contratos firmados entre os governos e as empresas é uma das reivindicações feitas pelos parlamentares

Comissão cria grupo para acompanhar reforma tributária

O presidente da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), senador Ney Suassuna (PMDB-PB), nomeou ontem um grupo de trabalho para acompanhar os debates da reforma tributária. Suassuna indicou os senadores José Fogaça (PMDB-RS), José Alencar (PMDB-MG), Paulo Souto (PFL-BA), Jefferson Péres (PDT-AM) e Lúcio Alcântara (PSDB-CE) para integrarem o grupo.

Comissão aprova gasto de R\$ 78,1 bi com juros

Proposta orçamentária prevê que o estoque da dívida pública chegará a R\$ 553,7 bilhões e o dispêndio líquido com encargos será de R\$ 25,8 bilhões. Estimativa, considerada “otimista” pelo sub-relator, foi acolhida pelos parlamentares

A Comissão Mista de Orçamento aprovou ontem o sub-relatório “Fazenda e Desenvolvimento”, que estabelece o gasto governamental com juros previsto no Orçamento deste ano. Foi a segunda votação, pois a primeira, realizada na última quinta-feira, acabou anulada pelo presidente da comissão, senador Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), por ter ocorrido no mesmo horário em que havia sessão do Congresso Nacional, o que não é permitido pelo Regimento Interno.

O sub-relatório prevê que, considerando todos os encargos da dívida pública federal, a União gastará até dezembro R\$ 78,1 bilhões. Descontado o que recebe em juros, ou seja, de empréstimos concedidos, refinanciamento de dívidas estaduais e remuneração de títulos parados no Banco Central, a conta líquida estimada pela equipe econômica será de R\$ 25,8 bilhões. O estoque da dívida pública chegará em dezembro a R\$ 553,7 bilhões.

Durante a votação, deputados de oposição consideraram irregular a de-



A Comissão Mista de Orçamento realizou nova votação e confirmou a aprovação do sub-relatório “Fazenda e Desenvolvimento”

cisão do governo, contida no Orçamento, de abater parte da dívida pública com verbas de fundos e autarquias. Gilberto Mestrinho suspendeu a reunião por uma hora para que o sub-relator, deputado Freire Júnior (PMDB-TO), se reunisse a portas fechadas com

líderes partidários na tentativa de encontrar uma fórmula para solucionar o problema. Não houve acordo até o final do dia, e o assunto voltará a ser discutido hoje.

Vários deputados, inclusive da oposição, cumprimentaram o sub-relator

por ter apresentado um documento claro na parte que trata da dívida pública e pagamento de juros. “É um relatório didático, que mostra à sociedade com clareza o problema da dívida pública”, afirmou o deputado Sérgio Miranda (PC do B-MG).

O sub-relator Freire Júnior voltou a afirmar que a previsão de se gastar em termos líquidos R\$ 25,8 bilhões “é muito otimista”, já que parte do princípio de que tudo correrá muito bem na

área econômica neste ano. “Otimista, mas exequível”, observou.

Ele lembra que, no ano passado, o governo gastou em juros líquidos R\$ 73,2 bilhões, ou seja, prevê-se uma queda nesse pagamento em quase 65%.

Conforme a proposta de Orçamento, o estoque da dívida pública do Tesouro Nacional chegará ao final deste

ano em R\$ 553,7 bilhões, sendo R\$ 440,2 bilhões no mercado interno e R\$ 113,5 bilhões no exterior. A dívida em títulos no mercado interno estará em dezembro deste ano em R\$ 411,8 bilhões, mas nem tudo estará no mercado — uma parte estará nas mãos do Banco Central.

O sub-relatório “Fazenda e Desenvolvimento” engloba os gastos do Ministério da Fazenda (inclusive Banco Central), do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e os “Encargos Financeiros da União” (dívida pública e juros). O Ministério da Fazenda gastará R\$ 3,4 bilhões e o Ministério do Desenvolvimento R\$ 975 milhões.

Hoje, a partir das 10h, os deputados e senadores da Comissão Mista de Orçamento votarão os destaques de emendas apresentados ao sub-relatório “Fazenda e Desenvolvimento”. Se houver tempo, será feita a discussão e votação do sub-relatório “Infra-Estrutura”, o quinto dos dez em que foi dividida a proposta orçamentária para este ano.

CAE autoriza empréstimos para Correios e saneamento

Dois projetos de resolução que autorizam empréstimos para os Correios e para um projeto de saneamento destinado a populações de baixa renda receberam ontem parecer favorável da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). Por requerimento do senador Romero Jucá (PSDB-RR), as matérias seguem para o Plenário em regime de urgência.

Os empréstimos para a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), no valor de 121,5 milhões de marcos alemães e 53,8 milhões de euros, serão contratados junto ao Kreditanstalt für Wiederaufbau (KfW) e ao Banco Sogeral, respectivamente. O dinheiro será usado no Programa de Ampliação do Sistema de Telecomunicação e do Sistema Postal (Paste), que prevê a automação da triagem de objetos. O parecer do senador Wellington Roberto (PMDB-PB) também autoriza a elevação do limite de endividamento da ECT.

O Projeto de Assistência Técnica a Saneamento para População de Baixa Renda, da Secretaria Especial de Desenvolvimento Urbano, que teve parecer do senador Agnelo Alves (PMDB-RN), prevê o financiamento de até US\$ 30,3 milhões pelo Banco Mundial.

A realização de investimentos nas áreas definidas pelo programa, diz o parecer, terá reflexos diretos no desenvolvimento local, na diminuição da taxa de mortalidade infantil e na qualidade do meio ambiente urbano.

CI ouve presidente da Petrobras sobre vazamento de óleo no Rio

O presidente da Petrobras, Henri Philippe Reichstul, comparece hoje, às 18h, à audiência pública promovida pela Comissão de Serviços de Infra-Estrutura para prestar esclarecimentos sobre as causas e consequências do vazamento de óleo ocorrido na baía de Guanabara.

Também participam da audiência o diretor-geral da Agência Nacional do Petróleo, David Zylbersztajn, o presidente da Comissão de Meio Ambiente da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, deputado Carlos Minc, o secretário de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável do estado do Rio de Janeiro, André Cor-

reia, e o diretor-geral do Greenpeace no Brasil, Roberto Kishinami.

A senadora Marina Silva (PT-AC), autora, em conjunto com o senador Geraldo Cândido (PT-RJ), do requerimento que solicitou a audiência, disse que pretende esclarecer “quais são os compromissos da Petrobras com relação ao meio ambiente porque, até hoje, a empresa funciona sem licenciamento ambiental”.

Também está programada uma segunda audiência sobre o assunto, quando serão ouvidos os ministros do Meio Ambiente, José Sarney Filho, e de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho, além da presidente



Geraldo Cândido é um dos autores do requerimento para a audiência pública

do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama), Marília Marrecer Cerqueira.

Comandante da Aeronáutica explica a venda de ações da Embraer

A Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) ouve em audiência pública hoje, às 10h, o comandante da Aeronáutica, brigadeiro Carlos Baptista, e o presidente da Embraer, Maurício Botelho, acerca das mudanças na composição acionária da Embraer, que teve 20% de suas ações (10% do capital social) vendidos recentemente para um consórcio de empresas francesas.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), autor do requerimento, também listou entre as autoridades a serem ouvidas na reunião o representante dos trabalhadores no Conselho Administrativo da Embraer, Claudemir Marques de Almeida, e o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos (SP), Antônio Donizete Ferreira.

Suplicy disse estar preocupado com a possibilidade de o controle acionário da empresa vir a ser transferido para mãos estrangeiras. Para ele, o Senado deve estar atento à administração da Embraer, mesmo depois de comprada pelo Banco Bozano, Simonsen, com o apoio dos fundos de pensão Previ (dos servidores do Banco do Brasil) e Sistel (dos servidores da extinta Telebrás).

Parlamentares debatem recursos para saúde

As comissões de Assuntos Sociais do Senado e de Seguridade e Família da Câmara dos Deputados se reúnem em audiência pública hoje para debater a Proposta de Emenda Constitucional 86/99, que assegura recursos mínimos para o financiamento das ações e serviços públicos de saúde. À audiência, que tem início às 10 horas, no plenário da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, estarão presentes oito entidades: Conselho Nacional de Secretários de Saúde, Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde, Associação Médica Brasileira, Confederação Nacional de Saúde, Conselho Federal de Medicina, Confederação das Santas Casas de Misericórdia, Federação Brasileira de Hospitais e Fundação Oswaldo Cruz. A proposta de emenda constitucional que vai ser debatida na audiência fixa até o exercício financeiro de 2004 os recursos mínimos que serão aplicados nas ações e serviços públicos de saúde. A emenda altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

Francelino registra decisão de FHC de reajustar salários de servidores

Senador afirma que intenção do governo, cujas contas estão melhorando, é promover um levantamento sobre as categorias do funcionalismo que acumulam as maiores perdas

O senador Francelino Pereira (PFL-MG) atribuiu à melhoria das contas públicas e à geração de sucessivos superávits primários a decisão do presidente da República de reajustar os salários mais defasados do funcionalismo público civil e militar. Em discurso ontem, o senador lembrou que Fernando Henrique Cardoso determinou a realização de estudo sobre a situação de cada categoria com o objetivo de estabelecer índices diferenciados de reajuste.

O assunto foi objeto de conversa informal entre o senador, o ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, e o presidente

da República, em viagem de visita a regiões inundadas de Minas, São Paulo e Rio de Janeiro, informou Francelino.

O propósito do levantamento que está sendo feito pelo Executivo, explicou o senador, é determinar aquelas categorias que não foram beneficiadas pelos reajustes concedidos às carreiras de Estado, entre outras, e restabelecer o poder de compra das categorias que, com os salários congelados, acumulam perdas superiores a 50%.

Outro indicativo da intenção presidencial, conforme o senador, foi a declaração do novo ministro da Defesa, Geraldo Quintão, de que

os proventos dos militares precisavam ser reajustados. Muitos teriam interpretado a fala como foco de problemas para o governo, dado que ela supostamente não seria apoiada pelo presidente. Ao contrário, enfatizou o senador. Amigo pessoal e trabalhando com o presidente desde o primeiro mandato, Geraldo Quintão fez a declaração "porque tinha conversado com Fernando Henrique Cardoso".

Na opinião do senador, o Legislativo também deve se municiar para adotar uma decisão consciente, com justiça e equidade, e para evitar que o reajuste seja irrisório, praticamente virtual.



Francelino Pereira disse que o Legislativo deve se municiar para evitar que reajuste seja irrisório

ACM manifesta pesar pela morte de Jutahy

O presidente do Senado, senador Antonio Carlos Magalhães, solidarizou-se com as manifestações de pesar, feitas na sessão plenária de segunda-feira, pelo falecimento do ex-senador baiano Jutahy Magalhães, que morreu em consequência de complicações hepáticas, no Hospital Português de Salvador.

— Se aqui estivesse ontem (*segunda-feira*), teria me solidarizado com o sentimento de pesar demonstrado pelos senadores em virtude do falecimento de Jutahy Magalhães, político de grande destaque na Bahia — afirmou Antonio Carlos.

O Plenário da Casa aprovou, na segunda-feira, voto de pesar pela morte de Jutahy Magalhães, proposto pelo senador Paulo Hartung (PPS-ES). O ex-senador baiano, que tinha 70 anos, era filho de Juracy Magalhães (ex-interventor do governo federal na Bahia) e pai do deputado federal Jutahy Magalhães Júnior (PSDB-BA).



Leomar Quintanilha observou que os bingos são a única fonte de financiamento do esporte amador

Quintanilha pede a fiscalização dos bingos

Em defesa do funcionamento dos bingos no país, desde que devidamente fiscalizados, o senador Leomar Quintanilha (PPB-TO) argumentou que eles são a única fonte de financiamento do esporte amador, principalmente aquele praticado nas pequenas cidades do interior.

O senador ressaltou que a comissão especial formada para apreciar medida provisória sobre o assunto já está se reunindo com o objetivo de aperfeiçoar a proposta do Executivo. Ele tem a expectativa de que a comissão evitará tomar decisões de maneira açodada, fundadas na idéia geral de que todos os jogos de azar estariam ligados ao narcotráfico.

Na opinião de Quintanilha, talvez o objetivo da medida provisória em exame no Congresso seja exatamente o de estabelecer formas de controle e fiscalização apropriadas, para que os bingos não se prestem a práticas ilícitas.

José Alencar prega respeito ao cidadão na reforma tributária

O senador José Alencar (PMDB-MG) disse que o sistema tributário brasileiro deve representar essencialmente um instrumento político, econômico e social para o país. Ele quer que a reforma tributária fortaleça o sistema federativo e seja um meio para o Brasil alcançar seus objetivos sociais. Para o senador, geralmente as discussões sobre a reforma tributária priorizam os aspectos técnicos.

Na opinião do senador, um bom sistema tributário pressupõe uma relação de respeito e confiança entre o cidadão e o Estado. Para ele, ocorre com os impostos o mesmo que com a moeda. José Alencar disse que uma moeda estável é um pacto básico para o exercício da cidadania.

— A viabilidade de uma sociedade ética, progressista e próspera é condicionada pelo respeito mútuo entre cidadãos e Estado, concretizado por um acordo que é selado em torno da existência de uma moeda confiável. Da mesma for-



Alencar opinou que o país precisa de um sistema tributário simples, que dificulte a sonegação

ma, um sistema tributário de efeitos positivos viabiliza a cidadania e o Estado. Ele é o verdadeiro pacto fundamental da sociedade — comentou.

O senador também apresentou ao Plenário o resultado de um estudo que ele encomendou à Consultoria do Senado: a

relação de todos os impostos e taxas, federais, estaduais e municipais. Somente no âmbito do governo federal são cobrados 49, que vão desde o imposto sobre importação até a contribuição sobre os prêmios de concursos de prognósticos.

De acordo com o levantamento feito pela Consultoria do Senado, os tributos estaduais e municipais são 13, sem contar os subitens. Somente taxas referentes aos serviços de trânsito são 23, e envolvem desde a licença especial para circulação de veículos durante oito dias até registro de livro de auto-escola e de oficina mecânica e de reparos de veículos.

Alencar opinou que o país necessita de uma legislação tributária simples, que permita às empresas competirem internacionalmente e dificulte a sonegação. Membro da Comissão de Assuntos Econômicos, ele foi nomeado para integrar uma subcomissão que apreciará a reforma tributária.

Jucá cobra recursos para combate ao narcotráfico

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) pediu ontem ao governo federal e ao Ministério da Justiça que executem os programas Pró-Amazônia e Promotec para dar condições à Polícia Federal de combate ao narcotráfico e ao contrabando na região amazônica. Esses programas, explicou o senador, são resultado de contratos negociados com o governo da França e envolvem o total de US\$ 200 milhões em recursos a serem empregados na construção de 78 postos da Polícia Federal, compra

de equipamento, armamento, aeronaves e helicópteros e contratação de pessoal especialmente para a região.

— De que adianta todo o sistema de radares do projeto Sivam para detectar aeroportos e vôos clandestinos sobre a Amazônia, se a Polícia Federal não tiver equipamentos, aeronaves, armamento e helicópteros para agir? — questionou Jucá. O senador lembrou ainda que é justamente pela falta do Estado que o traficante se estabelece, dando à população a assistência que o governo não dá.



Romero Jucá explicou que os programas combatem também o contrabando na Amazônia

Indicações de diplomatas são aprovadas pela CRE

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) aprovou, ontem, a indicação de Valter Pecly Moreira, ministro de primeira classe do Itamaraty, para exercer o cargo de representante permanente do Brasil junto à Organização dos Estados Americanos (OEA). Na reunião, o presidente da CRE, senador José Sarney (PMDB-AP), num gesto de deferência pessoal pelo sabatinado, avocou para si a relatoria da indicação e recomendou sua aprovação, "face à extrema competência e cultura" do diplomata.

Na mesma oportunidade, a comissão aprovou a escolha do ministro Carlos Alberto Pessôa Pardellas para exercer, cumulativamente com o cargo de embaixador do Brasil na Bulgária, o posto de embaixador brasileiro junto à Macedônia.

A comissão também aprovou o texto do Protocolo de Defesa da Concorrência do Mercosul, firmado em Fortaleza, Ceará, em 1966. Foi aprovado, ainda, requerimento do senador Romeu Tuma (PFL-SP) que propõe a realização de um seminário sobre "O Papel das Forças Armadas no Contexto Global", com a participação do ministro da Defesa, Geraldo Quintão, e dos comandantes do Exército, Marinha e Aeronáutica. A proposta tem por finalidade fazer uma reciclagem do papel da Forças Armadas, objetivando seu emprego além das perspectivas da guerra convencional.

Senado recebe grupo de parlamentares de Taiwan

O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo (PSDB-RN), recebeu ontem a delegação da Comissão de Relações Exteriores do Poder Legislativo de Taiwan, em visita ao Brasil para a formalização do Grupo Parlamentar entre os dois países.

A delegação estava composta pelos parlamentares Tzuo-Chow Yang, Shang-re Lee, Yang-shang Fang e Tu Hung, acompanhados pela senhora Ching-li Liang e pelos senhores Ji-song Chang, Shau-tran Hu e Wen-shang Chu, secretário-executivo do Departamento das Relações Parlamentares do Ministério das Relações Exteriores de Taiwan.

O representante do Escritório Eco-

nômico e Cultural de Taiwan no Brasil, Tomás Ping-fu Hou, disse ontem, durante visita ao Senado, que os empresários e o governo do seu país estão interessados em investir no Brasil.

Segundo ele, uma fábrica de componentes de informática, localizada no Rio de Janeiro, e outra de tecidos, no Amazonas, devem ser os primeiros passos rumo a uma dinamização das relações econômicas bilaterais.

Tomás participou de um *tour* com vários integrantes da delegação de seu país. Eles estiveram no Salão Negro e, em seguida, visitaram o Museu e o Plenário do Senado, ciceroneados pela equipe da Relações Públicas.



O primeiro vice-presidente do Senado, Geraldo Melo, explicou aos membros da delegação de Taiwan o funcionamento do Parlamento brasileiro

Debate sobre mineração em terras indígenas

A exploração mineral em terras indígenas é o tema do programa *Debate*, da TV Senado, que vai ao ar hoje às 6h30, às 13h30 e às 19h30. Os convidados do programa são o senador Romero Jucá (PSDB-RR), autor de projeto que regulamenta a matéria, e o coordenador do Instituto Sócio-Ambiental, Márcio Santilli.



A Constituição federal de 1988 prevê a mineração em terras indígenas, devendo a atividade ser aprovada pelo Congresso Nacional caso a caso. O projeto de autoria do senador Romero Jucá estabelece os pré-requisitos para a atividade e a tramitação do processo, que deve passar pela Funai e o Ibama e ter a concordância das comunidades indígenas.

Arruda fala da Lei de Responsabilidade Fiscal

A TV Senado exibe hoje às 7h30, 12h30 e 20h30 entrevista com o senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) sobre o projeto da Lei de Responsabilidade Fiscal, recentemente aprovado pela Câmara dos Deputados.

Para o líder do governo no Senado, o projeto é um grande avanço no que diz respeito a criar instrumentos para que a

sociedade acompanhe e cobre o trabalho de quem governa. O texto aprovado pelos deputados estabelece formas de acompanhamento e avaliação permanentes do desempenho do administrador público. Arruda disse que o principal mérito da Lei de Responsabilidade Fiscal será evitar o aumento do déficit público, ao limitar os gastos dos administradores

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h — *Unip*: Novos medicamentos. 2ª parte
6h30 — *Debate*: Senador Romero Jucá e Márcio Santilli, do Instituto Sócio-Ambiental, falam sobre a exploração mineral em terras indígenas
7h25 — *Senado em Pauta*
7h30 — *Entrevista*: Senador José Roberto Arruda fala sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal
7h55 — *Senado em Pauta*
8h — *Jornal do Senado*

8h30 — *TV Escola: Paisagens Brasileiras* — Episódio: Paisagem Metropolitana/PR
8h55 — *Senado em Pauta*
9h — *Cores do Brasil*: Turismo no Pará
9h30 — *Entrevista*: Senador Mozarildo Cavalcanti fala sobre a defesa da Amazônia
10h — Comissão de Assuntos Econômicos (ao vivo)
Logo após: Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania
14h30 — Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após: Comissão de Infra-Estrutura (ao vivo)
21h — *Jornal do Senado*
21h30 — Sessão Plenária (representação)

Plenário debate declarações de Brizola sobre presidente

Senadores do PDT ressalvam que dirigente nacional do partido disse que “passaria fogo” em FHC em um momento de indignação

Os comentários do presidente nacional do PDT, Leonel Brizola, sobre o presidente Fernando Henrique Cardoso repercutiram ontem no Plenário do Senado. Eduardo Suplicy (PT-SP) leu carta endereçada a Brizola, onde expressou sua discordância com a expressão “passar fogo”, que o líder gaúcho utilizou para definir o que faria com o presidente da República.

Suplicy justificou sua discordância lembrando que os constituintes brasileiros preferiram não adotar a pena de morte. O senador parabenizou Brizola pelo 78º aniversário e considerou muito justificadas a crítica e a indignação diante do programa de privatização do governo Fernando Henrique Cardoso.

Em nome da liderança do PDT, Sebastião Rocha (PDT-AP) disse que Brizola apenas utilizou uma metáfora, uma figura de linguagem. O senador negou que Brizola defenda o fuzilamento do presidente da República:

— Quis vir à tribuna esclarecer alguns

aspectos, sobretudo porque conversei com Leonel Brizola. Ele reconheceu que o Brasil vive um estado de direito e que todas as leis e convicções democráticas têm que ser preservadas — testemunhou Sebastião Rocha.

Afirmando que Leonel Brizola é “um grande lutador, um idealista e um defensor da nacionalidade e da democracia”, Sebastião Rocha fez um apelo para que a imprensa conceda espaço em seu noticiário para que o líder nacional do PDT possa, pessoalmente, explicar ao país as intenções de suas palavras e o contexto no qual elas foram pronunciadas.

Emilia Fernandes (PDT-RS) afirmou que Fernando Henrique deu um atestado de traidor do Brasil, no momento em que deixou de lado seu discurso de esquerda e, eleito presidente da República, “se aliou ao que há de mais autoritário no país, ao que sustentou uma ditadura que explorou, matou e torturou”.

Romero Jucá (PSDB-RR) lamentou

o excesso das palavras de Brizola e sugeriu que o melhor seria o ex-governador convocar a imprensa, dizer que errou e pedir desculpas ao povo brasileiro. Por sua vez, Artur da Távola (sem partido-RJ) comentou que os políticos costumam enfrentar situações difíceis, e uma delas é defender quando um aliado “dá uma mancada, sobretudo pública”.

Para Sérgio Machado (PSDB-CE), Brizola cometeu dois erros recentes, um quando defendeu o *impeachment* do presidente e o outro neste episódio do Rio Grande do Sul. Heloísa Helena (PT-AL) opinou que a defesa do afastamento de Fernando Henrique é legítima, já que é a forma que a Constituição prevê para punir crimes de responsabilidade.

Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) disse que Brizola não merece ser execrado por uma frase mais forte, nem Fernando Henrique merece ser fuzilado. “O presidente merece é ser derrotado tanto nas eleições municipais deste ano quanto nas nacionais do ano 2002.”

ÍNDIO ESPERA GRAVAR CD COM MÚSICAS TRIBAIS

O índio Ashaninka Benki Pianko, da aldeia Apiwta, no Alto Juruá, no Acre, visitou o Plenário do Senado acompanhado da senadora Marina Silva (PT-AC) e do senador Eduardo Suplicy (PT-SP). Benki veio a Brasília pedir o apoio da senadora Marina Silva para o projeto Cantorias Indígenas Ashaninka, uma gravação de CD com músicas daquela nação indígena, como contribuição cultural às comemorações dos 500 anos do Descobrimento.



O índio Ashaninka Benki Pianko e os senadores Eduardo Suplicy e Marina Silva

Jefferson critica decisão da Câmara de não apreciar regulamentação de MPs

Ao fazer um balanço da convocação extraordinária, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) disse ontem que, qualquer que seja a importância das votações realizadas, sai “frustrado com a servidão voluntária do Congresso Nacional”. Para ele, o fato de a Câmara ter decidido não apreciar a proposta de emenda constitucional (PEC) que regulamenta o uso de medidas provisórias (MPs) significa que “a sociedade continuará submetida à anomalia institucional de um Executivo que legisla mais do que nunca sob o olhar impotente de um Legislativo reduzido ao papel de

mera instância homologatória de seus atos”.

Anomalia de um “admirável mundo novo”, segundo o senador, em que vige não a governabilidade democrática, mas “a democracia de um homem só”, que edita e reedita MPs supostamente sobre matérias relevantes e urgentes, “desde a instauração de planos de cargos e salários até à compra de automóvel para um vice-presidente”.

O argumento das lideranças da base governista para breçar a tramitação da PEC — a de que ela representa uma ameaça à governabilidade

de — é, na opinião de Jefferson, “frágil e desprovido de fundamento”, pois não consta que, por não terem o instituto das MPs, os EUA, a Argentina e outros países sob regime presidencialista sejam ingovernáveis.

Lembrando que o Congresso teve mais de 11 anos para regulamentar o uso de MPs, Jefferson Péres lamentou que o Legislativo e os partidos políticos que o integram, “voluntariamente desmerecidos e enfraquecidos, conformem-se ao papel secundário de meros trampolins para posições do Executivo ou de plataformas de negociações fisiológicas”.

Suassuna quer Brasil mais agressivo no comércio exterior

Senador diz que país exporta pouco e perde oportunidades devido ao despreparo da diplomacia para a competição no mercado internacional

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) cobrou ontem mais agressividade da diplomacia brasileira no comércio exterior. Segundo ele, o Brasil exporta pouco e não sabe aproveitar as oportunidades devido ao despreparo da diplomacia para a competição no comércio internacional. "Comemos mosca quando foram fixadas as cotas de exportação de frango. Somos pouco agressivos e precisamos de mais velocidade", afirmou.

Suassuna acredita que o Senado pode ajudar muito, e por isso sugeriu a criação de um grupo parlamentar de apoio ao comércio exterior e a realização de reuniões com diversos embaixadores na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

O senador destacou a visita de uma missão diplomática e parlamentar de Taiwan ao Congresso Nacional, informando que aquele país dispõe de US\$ 120 bilhões para aplicar no exterior. "Já aplicaram US\$ 60 bilhões na China, que quer incorporá-los ao seu território", disse. O Brasil, continuou Suassuna, não mantém relações diplomáticas com Taiwan, mas mantém relações comerciais; a China aceita o passaporte de cidadãos de Taiwan e o Brasil,

"mais realista que o rei", não aceita.

O Brasil, observou o senador, segue orientação política dos Estados Unidos e países europeus, e deixa de manter relações com outros mercados, enquanto esses mesmos países passaram a manter relações comerciais com a Líbia, por exemplo. "A Líbia quer comprar eletrodomésticos, carne e frutas, quer construir aquedutos, e nós estamos pensando. Estados Unidos e Europa já vendem bilhões para a Líbia. Deveríamos ter abertura para todos os mercados. Poderíamos aumentar em 20% ou 30% as nossas exportações", assinalou.

Em aparte, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) lembrou que Taiwan é um gigante econômico e um dos grandes investidores

mundiais. Para ele, o Brasil não intensifica o comércio com Taiwan por medo da China. "O Brasil deveria afirmar sua soberania, independente da opinião da China", afirmou. O senador Lúcio Coelho (PSDB-MS) disse que o aumento das exportações brasileiras é essencial para a geração de empregos. "O governo precisa investir mais nessa área", alertou. Ele também elogiou o dinamismo de Suassuna na presidência da CAE.



Suassuna sugere um grupo parlamentar de apoio ao comércio exterior

Alcântara elogia pesquisas de laboratório cearense

Ao destacar a contribuição que a Universidade Federal do Ceará (UFC) vem dando ao desenvolvimento e ao progresso do estado, o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE) elogiou a direção do Laboratório de Ciências do Mar (Labomar), que desde a década de 60 desenvolve pesquisas de biologia para o incremento da pesca na região. O laboratório também elabora estudos tecnológicos e industriais sobre as potencialidades do litoral cearense.

Lúcio Alcântara disse que a instituição se caracteriza por ser multidisciplinar e voltada para a pesquisa e extensão em Ciências do Mar, trabalhando com diversos departamentos da universidade, nas áreas de Oceanografia Biológica, Pesca e Prospecção e Tecnologia do Pescado.

— O Labomar possui oito laboratórios



Alcântara destaca importância do Labomar para a região

e um parque de aquários onde são realizadas importantes pesquisas sobre o comportamento de crustáceos, moluscos, peixes e outros. Os pesquisadores preocupam-se em definir aspectos básicos relacionados com a alimentação, a reprodução e o crescimento das principais espécies da biocenose do Nordeste do Brasil, com destaque para as lagostas, pargos, camarões e cavalas — explicou.

Para o senador, a aplicação prática dos conhecimentos gerados no Labomar tem contribuído intensamente para o desenvolvimento estadual e regional e para preservar o meio ambiente. Alcântara afirmou que o Labomar conta com uma equipe altamente preparada, formada por docentes e técnicos de nível superior com qualificação em níveis de mestrado e doutorado.

Bornhausen vê PFL como "um partido forte, permanente e estável"



Bornhausen confia em vida longa para o PFL

No encerramento da reunião em que o Instituto Tancredo Neves (ITN) expôs seu cronograma de atividades para o ano 2000, o presidente do Partido da Frente Liberal (PFL), senador Jorge Bornhausen (SC), manifestou sua confiança em que o partido consiga "realizar uma coisa inédita no país: que possa ultrapassar séculos".

Lembrando os 15 anos de existência de seu partido, Bornhausen lamentou a modesta história dos partidos políticos no Brasil. Para ele, trata-se de uma história "até subdesenvolvida", que ele quer que seja alterada com o PFL.

Para o parlamentar, o PFL é hoje "um partido forte, permanente e estável", além de ter um sólido eixo programático. Bornhausen afirmou ser de grande importância a discussão sobre o processo de privatização brasileiro, assim como a realização de seminários internacionais. Ressaltou ainda o programa de formação de gestores municipais a ser patrocinado pelo instituto, dando início às atividades da Escola Superior de Política.

— O partido fará todo o esforço possível para ver o projeto se realizar — afirmou Bornhausen.

O senador externou ainda sua satisfação em ver o vice-presidente da República, Marco Maciel, participar do encontro. Este, por sua vez, lembrou a forte presença do partido na vida política brasileira para destacar a coerência programática, a coesão interna e o trabalho prospectivo do PFL.

Marco Maciel parabenizou o ITN pela discussão antecipada dos problemas vividos pela sociedade brasileira. Enfatizou que o programa de formação de gestores municipais é uma proposta já antecipadamente vitoriosa.

Patrocínio defende uso de novas fontes de energia

Ao manifestar sua preocupação com a exaustão dos recursos naturais do planeta e com o que classificou de espírito imediatista da humanidade, o senador Carlos Patrocínio (PFL-TO) defendeu ontem o uso de fontes alternativas de energia. Ele registrou que projeto de sua autoria, já aprovado no Senado e atualmente em tramitação na Câmara, acrescenta à política energética nacional a energia solar e a de fontes alternativas (como gás natural, álcool, carvão e termonuclear). Com isso, Patrocínio pretende que o governo desenvolva projetos que utilizem essas fontes de energia.

— O objetivo é promover a redução do consumo de energia elétrica e a substituição do chuveiro elétrico, que tanto sobrecarrega o sistema de fornecimento de energia em nosso país, pela energia solar — explicou.

Patrocínio observou que, apesar de a utilização da energia solar para o aquecimento de água representar uma economia de aproximadamente 80%, ela ainda não é muito comum em razão do custo mais elevado de instalação e dos equipamentos especiais que exige. Lembrou, no entanto, que os equipamentos têm durabilidade média de 35 anos e que a redução do consumo de eletricidade justifica o investimento. Além disso, frisou, a tecnologia nessa área tende a ficar mais barata.

Em aparte, o senador Ademir Andrade (PSB-PA) criticou o governo por investir anualmente R\$ 680 milhões em propaganda e não divulgar a energia solar como fonte alterna-



Patrocínio se preocupa com a exaustão dos recursos naturais

tativa, principalmente para a região Norte. Ele disse que uma das maiores causas do êxodo rural é a falta do conforto que representam a televisão, a luz, uma bomba de captação de água, equipamentos que precisam de energia para funcionar.

O senador Geraldo Lessa (PSDB-AL) citou programa financiado pelo Banco do Nordeste, em execução em três estados, que objetiva levar energia solar para comunidades onde a implantação de energia elétrica é inviável pelo custo.

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) disse que faltou ao governo federal ousadia política para investir em fontes alternativas de energia. Já o senador Edison Lobão (PFL-MA) pediu apoio para projeto de sua autoria que propõe novas fontes de energia alternativa.

Eduardo anuncia agenda positiva para o meio ambiente no Tocantins

O senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) anunciou o lançamento da Agenda Positiva do Tocantins, documento elaborado pelo Sistema Estadual de Planejamento e Meio Ambiente (Seplan) e pela Fundação Natureza do Tocantins (Naturatins), que detalha recomendações a serem seguidas pelo governo estadual referentes à legislação e normas ambientais,

políticas públicas sobre meio ambiente, unidades de conservação e desenvolvimento sustentável. O documento recomenda, entre outras ações, que o estado crie um selo verde e institua o ensino de educação ambiental nas escolas.

O texto foi elaborado em novembro em um seminário realizado em Palmas, que contou com a presença dos governos federal, estadual e municipais, além de setores produtivos. Participaram da elaboração instituições como Ibama, Inbra, Embrapa, Basa, Federação de Agricultores do Tocantins e Brigadas Cívicas de Combate a Queimadas.

De acordo com o senador, o estado tem surpreendido pelo acelerado pro-



Eduardo aponta desenvolvimento acelerado do Tocantins

cesso de desenvolvimento, com índices de crescimento acima dos nacionais. Esse processo, observou, vem ocorrendo sem manifestações significativas de conflitos de terra. Eduardo disse também que o Tocantins está com equilíbrio financeiro, conforme apontam as análises do orçamento estadual, e destacou como peculiaridade a presença do governo local antes da efetiva ocupação do território.

— Tocantins vem tendo condições de ordenar o próprio território, orientar e promover migrações, definir áreas produtivas. Assim, vem continuamente aperfeiçoando sua legislação ambiental e antecipando a execução de projetos de infra-estrutura — afirmou.

A Agenda Positiva do estado, incluída nos Anais da Casa a pedido do senador, sugere ações em diversas áreas, como a criação de um selo verde para estabelecer um padrão de qualidade entre os setores que utilizam recursos naturais como base de sua produção e a instituição de comissão exclusiva para meio ambiente na Assembléia Legislativa.